



(Parecer nº 376/2024 – CGM)

PROCESSO Nº 9/2023-00052

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo (Hidráulico/Elétrico) para manutenção dos bens imóveis utilizados pelas Secretarias Municipais.

VALOR GLOBAL: R\$ 2.111.614,94 (Dois milhões cento e onze mil seiscentos e quatorze reais e noventa e quatro centavos).

REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SEMAFI

CONTRATADA: BT COMÉRCIO INTELIGENTE LTDA; EDINEIDE DE F. VASQUES BRITO COMÉRCIO E SERVIÇOS; EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA; RM COMÉRCIO DE MERCADORIAS E MATERIAIS LTDA;

1. PRELIMINAR

Antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer é de ser verificado que a condução da análise técnica é vinculada à atividade prevista na Constituição Federal em seu artigo 74 no qual prevê as atribuições do Controle Interno perante à administração pública, bem como sua responsabilidade. Cabe aos responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União e/ou respectivo tribunal de Contas que forem vinculados.

A Controladoria Interna tem sua legalidade, atribuições e responsabilidades entabulada no art. 74 da Constituição Federal/1988, *in verbis*:

“Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. § 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.”

E ainda no art. 17 da Lei Municipal nº 952/2017:

“Art. 17. Compete à Controladoria Municipal:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da



Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, bem como da aplicação de recursos públicos do Município por entidades de direito privado;
III - exercer o controle das operações de crédito, dos avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

V - examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente;

VI - examinar as fases de execução fomentar o controle social, viabilizando a divulgação de dados e informações em linguagem acessível ao cidadão, bem como estimulando sua participação na fiscalização das atividades da Administração Pública Municipal;

VII - editar normas e procedimentos de controle interno para os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo."



Neste sentido cabe a ressalva quando a responsabilização solidária do responsável pelo Controle Interno. Tal responsabilidade só ocorrerá em casos de conhecimento da ilegalidade ou irregularidade e não informar tais atos ao Tribunal de Contas no qual é vinculado, ferindo assim sua atribuição de apoiar o Controle externo.

2. RELATÓRIO

Trata-se do Processo Licitatório nº 9/2023-00052, na modalidade de Pregão Eletrônico, cujo objeto é a Aquisição de materiais de consumo (Hidráulico/Elétrico) para manutenção dos bens imóveis utilizados pelas Secretarias Municipais.

O processo encontra-se instruído com rol de documentos, suas fases de prosseguimento e seu respectivo encerramento. Os documentos analisados foram encaminhados, da CPL desta Prefeitura, passando assim à apreciação desta Controladoria na seguinte ordem:

- I. Ofício Nº 372/2023-CSA;
- II. Termo de referência;
- III. Ofício circular nº 78/2023/COMITE/SEMAFI;
- IV. Publicação;
- V. Justificativa de Quantitativos;
- VI. Solicitações de Despesas;
- VII. Cotações;
- VIII. Mapas de Cotações;
- IX. Justificativa de ausência de 3 cotações;
- X. Encaminhamento de Dotações Orçamentárias;
- XI. Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira;
- XII. Termo de Autuação;
- XIII. Portaria nº 09/2023 –GPP e Publicação;
- XIV. Minuta do Edital;
- XV. Parecer Jurídico;
- XVI. Edital do Processo;
- XVII. Cadastramento no TCM/PA;
- XVIII. Pedidos de Impugnação;



- XIX. Respostas aos pedidos de Impugnação;
- XX. Parecer Jurídico nº 018/2024-SEJUR/PMP;
- XXI. Documentos das Empresas;
- XXII. Amostras;
- XXIII. Vencedores do Processo;
- XXIV. Ata Final;
- XXV. Termo de Adjudicação;
- XXVI. Minutas das Ata de Registro de Preços;
- I. Solicitação de Parecer Técnico do Controle Interno.

É o necessário a relatar. Ao opinativo.

3. EXAME

Em observância aos documentos que aqui foram apresentados para análise, vislumbra-se possuir todos os requisitos imperativos indispensáveis e determinados pelas Leis e Resolução que versam sobre o tema, bem como aos princípios norteadores do Direito Administrativo, atestando assim a regularidade do procedimento.

Não obstante, solicitamos que antes da eventual assinatura dos contratos administrativos devem-se verificar todos os documentos relativos à regularidade das empresas a serem contratadas.

O Controle Interno dessa Prefeitura observou o Parecer Jurídico onde foram citados os requisitos legais que amparam a celebração do contrato.

Ao final, todos os atos do referido processo devem ser publicados.

Frente ao exame de todo o processo licitatório passa-se à conclusão.

4. CONCLUSÃO

Face ao exposto, considero a regularidade do Processo Licitatório nº 9/2023-00052, na modalidade de Pregão Eletrônico, cujo objeto é a Aquisição de materiais de consumo (Hidráulico/Elétrico) para manutenção dos bens imóveis utilizados pelas Secretarias Municipais, tendo em vista ao amparo legal e presentes os requisitos indispensáveis à realização do Processo, sendo ele revestido de todas as formalidades legais, RATIFICO, para os fins de mister, no sentido positivo e ao final sua PUBLICAÇÃO. Sem mais, é o parecer da Controladoria Geral do Município.

Paragominas (PA), 24 de junho de 2024.


Jorge Williams de Araújo Silva Filho
Controladoria Geral do Município

Jorge Williams de A.S. Filho
Controladoria Geral do Município
Prefeitura Municipal de Paragominas